

Personagens femininas mulatas no universo ficcional de Lima Barreto

Luciana Borges
Universidade Federal de Goiás-CAC

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir como são construídas as identidades de personagens femininas mulatas no universo ficcional de Lima Barreto. Para tanto, será analisado o conto *Um especialista* (1904), em conjunto ao romance *Clara dos Anjos* (1922). Observar-se-á como o autor, envolvido em um contexto cronologicamente muito próximo ao período pós-abolição, dimensiona determinados aspectos relativos à tendência – tão frequente em nossa sociedade, bem como na literatura – em essencializar e fixar a identidade negra e mulata. A partir dos pressupostos dos estudos culturais em cruzamento com aspectos teóricos da ficção literária, considera-se que a identidade de raça é perpassada por outras identidades, como a de gênero e classe social.

Palavras-chave: Identidade. Mulher. Gênero. Lima Barreto.

Abstract: This paper aims to discuss how mulatto female characters identities are built in the fictional universe of Lima Barreto. For this purpose, it will be considered the short story *Um especialista* (1904), and the novel *Clara dos Anjos* (1922). It will be observed how the author, involved in a chronologically context close to the period after the abolition, gives certain aspects about essential and established black and mulatto identity, so frequent in our society and in our literature. Based on the assumptions of cultural studies in crossing to the theoretical aspects of literary fiction, it is considered that the identity of race is influenced by other identities such as gender and social class.

Keywords: Identity. Woman. Gender. Lima Barreto.

Branca é branca preta é preta
Mas a mulata é a tal, é a tal!
(Marchinha de Carnaval)

Os incômodos da identidade dissonante: lugares do/a negro/a

Uma discussão sobre a presença de imagens do negro na literatura brasileira envolve a consideração de determinados aspectos relativos às discussões sobre identidade no contexto atual. Por esse motivo, o presente texto traz, em um momento inicial, considerações sobre a identidade de raça e, posteriormente, sobre a identidade de gênero para, em seguida, abordar os aspectos específicos da construção de personagens mulatas na obra de Lima Barreto, uma vez que nestas se entrecruzam duas formações identitárias consideravelmente marcadas e não-hegemônicas.

Considerando-se que as concepções atuais a respeito da identidade reescrevem-na a partir de um pressuposto que enfoca sempre o jogo com a diferença, a natureza híbrida das

formações identitárias assume um primeiro plano. Em relação ao que Hall (2003) denomina identidades diaspóricas, aquelas que se formam como produto da dispersão ou êxodo de um povo pelo mundo, a questão do hibridismo torna-se ainda mais relevante. A partir do momento em que se configura, nas sociedades nacionais, cada vez mais o que se convencionou chamar condição multicultural, as discussões sobre identidade, raça e nação se intensificam e, no caso do Brasil, as circunstâncias da formação étnica da população reeviam, talvez mais do que em outras localidades, para esse assunto.

Comumente encarado como um país em que a mistura do elemento colonizador europeu, o substrato indígena e o componente africano importado teria produzido um amálgama pacífico, baseado no mito de uma democracia racial evidente e incontestável, a tentativa de descortinar os problemas sociais decorrentes da hidridização cultural, camuflados por trás de uma suposta unidade e aceitabilidade mútua, nem sempre causa bem-estar. Assim é quando determinadas vozes se elevam chamando a atenção para um problema que aparentemente não existe, e colocam em discurso algo que não necessariamente deveria ser enunciado, temas que captam uma tensão premente entre a discursividade e outros aspectos ideológicos. É nesse sentido que se considera a importância dos “discursos de identidade negra diante do racismo, com suas múltiplas raízes nos diversos níveis de formação social: político, econômico, social, cultural” (SOVIK, 2003, p. 15).

Uma dessas vozes incômodas no contexto cultural brasileiro da Primeira República foi, sem dúvida, Lima Barreto. Pronunciando-se sobre as condições de existência de uma identidade diaspórica como o contingente negro da população brasileira e problematizando até mesmo sua condição pessoal e revelando biografemas que o envolvem, a obra desse escritor centraliza grande parte da discussão sobre a condição social de negros e negras, mulatos e mulatas na sociedade brasileira. De acordo com Cândido (1989), na obra de Lima Barreto, a confluência entre biografia, ficção e impressões da realidade faz com que os textos concebidos como documentos deslizem facilmente para a criação e os textos concebidos como ficção literária resvalam para a documentação ou coincidência biográfica. Aspecto positivo ou não, a verdade é que esta confluência é responsável por um dos aspectos mais polêmicos da obra barretiana.

Até que ponto, o fato de Lima ser mulato e proveniente de uma classe social não privilegiada definiu os caracteres de sua obra? É comumente ressaltado que, em Lima Barreto, os aspectos pessoais são sempre reenviados para o âmbito social; assim é que Bastide

(1973) afirma e que o escritor se expressa em relação ao grupo social em que vive e que se algumas imagens são recorrentes, então pode-se afirmar que provêm do coletivo. Por outro lado, ao falar supostamente de si mesmo, o autor possibilita que toda uma massa de excluídos fale com ele. Mantendo ou não determinadas construções de identidade fixadas em estereotipia, o fato é que, ao optar por tratar de assuntos que não diretamente interessavam à intelectualidade da época, Lima Barreto provocará um movimento de conflito entre sua obra e a recepção desta no meio crítico e intelectual. Segundo Resende (1983, p.74), tal conflito tem uma face dupla, “se, por um lado, isola sua obra impedindo uma relação mais intensa com o público e a crítica, por outro a alimenta”. A independência intelectual de Lima, aliada às circunstâncias pessoais de sua vida, resultou em um insulamento que pode ser traduzido, segundo Machado (2002, p. 09), como uma tripla marginalidade, produto da confluência entre “a inserção marginal do autor, a condução de seus ideais literários e o reflexo destes planos em sua caracterização formal, conduzida por uma estética marcada pela simplicidade e pelo despojamento”.

Desse modo, os procedimentos estéticos não raramente associados à má realização escrita ou despreocupação estética, ou mesmo a pouca dignidade dos assuntos tratados, nada mais seria do que a manifestação da consciência e necessidade de manter a coerência com um projeto de literatura que pretendia resistir ao instituído e profanar a bem comportada produção nacional. Lima Barreto pode ser considerado, de acordo com a proposta de Sousa (2000) um escritor cuja obra se pioneiriza pela tentativa de quebrar determinados procedimentos comuns na literatura anterior ao século XX, em que os “negros, quando alçados à condição de protagonistas, de romances ou poemas, eram sempre embranquecidos por meio da mestiçagem, do mulatismo, pois a associação da negritude com a beleza, inocência ou pureza moral era ainda inimaginável pelas sociedade branca do século XIX”. Ainda conforme Sousa, a obra de Lima Barreto aponta para o fato de que a sociedade brasileira de sua época tinha dificuldade em lidar com seu passado escravista e em reconhecer que uma parcela gigantesca do país era de descendentes de escravos.

Segundo Hall (2003), a migração e o deslocamento são a base da construção de sociedades multiculturais¹. No caso dos africanos, o êxodo da população e sua dispersão pelo

¹ De acordo com Hall (2003), a distinção entre os termos multicultural e multiculturalismo se faz da seguinte forma: multicultural descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem. Multiculturalismo refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade gerados pelas sociedades multiculturais.

mundo não se deu de forma voluntária e nem por necessidades – econômicas, políticas ou climato-geográficas – próprias da população africana original, mas pela apropriação dos brancos europeus sobre esses ‘povos primitivos’ e sua conseqüente escravização. Esse êxodo involuntário faz com que as circunstâncias da presença do negro no Brasil, bem como nas outras colônias européias, sejam cercadas de aspectos bastante particulares. Analisando a situação do negro a partir desse aspecto, pode-se concluir que os negros, transformados em escravos, tiveram que redefinir suas identidades, passando a ocupar um lugar social muito diferente de seu status anterior, em seus países de origem. É verdade que formavam um grupo, mas disperso e heterogêneo, proveniente de diversas regiões e etnias do continente africano que, confinado ao ambiente da senzala e do eito, ficou sem grandes possibilidades de articulação.

Por outro lado, a escravidão no Brasil, partindo das idéias bastante disseminadas que pregavam a inferioridade intelectual do negro, sua falta de caráter e tendência à preguiça e à submissão, enfim, sua animalidade, foi considerada a partir da suposta harmonia entre senhores bondosos e escravos submissos, relação que apenas enfrentava turbulência quando o escravo ingrato se insurgia contra o senhor. Parte dessa visão um tanto lírica e adocicada da escravidão é o texto do sociólogo Gilberto Freyre (2004). No clássico *Casa-grande & Senzala*, cuja primeira edição data de 1933, pode ser encontrado um modo de se pronunciar sobre a presença do negro na vida nacional que denuncia o suposto lugar de fala do sociólogo, identificado subrepcionalmente com a classe senhorial, mesmo que sua intenção seja, dentre outras, rever o papel do escravo negro na formação social do Brasil.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que no tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e no transmitiu, no ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2004, p. 367).

A posição de fala do enunciador pode ser auscultada em dois sentidos: é a voz masculina e detentora do poder, com toda a confluência que se observa entre centralização de poder e androcentrismo. Poder-se-ia perguntar se os elementos negros por ele referenciados – ama-de-leite, negra velha, mulata, moleque – configurariam o quadro da escravidão com tamanha liricidade se fossem convidados a se pronunciar sobre a sua condição. Por trás de

uma suposta gratidão pela herança de docilidade e doçura presente no texto, esconde-se a demarcação das posições sociais passíveis de serem ocupadas pelo negro. Todas de subserviência: embalar, dar de mamar e comer, tirar bicho de pé, servir de brinquedo, satisfazer sexualmente. Naturalizada no contexto da sociedade colonial, a contribuição negra, definida em termos corporais e sensoriais (andar, falar, cantar), não causa nenhum estranhamento, sua presença é pacífica e dócil.

Tais circunstâncias fizeram com que, após a abolição, fosse configurado um quadro multicultural bastante específico, responsável por muitos dos caracteres observáveis na sociedade brasileira atual. Segundo Hall (2003), as tentativas de se administrar as diferenças manifesta-se nas diversas faces do multiculturalismo:

O multiculturalismo conservador insiste na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária [...]. o multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997, *apud* HALL, 2003, p. 53).

No caso do Brasil, poder-se-ia afirmar que as políticas multiculturalistas, a partir do mito da democracia racial, se apresentam em dois momentos:

a) em um primeiro momento, se apresentam como conservadoras, uma vez que pretende, por meio da aculturação² e da assimilação, neutralizar o elemento negro, condenando-o a uma invisibilidade social cujos reflexos são os mais funestos possíveis e cujo sintoma principal é a diluição dos conflitos sociais existentes em uma atmosfera de acomodação e passividade. Para Moura (1988, p.45), nesse processo “os mecanismos de dominação econômica, social, política e cultural persistem determinando quem é superior ou

² Segundo Moura (1988, p.45), “o conceito de aculturação é empregado constantemente como aquele que explicaria e definiria de forma abrangente e satisfatória as formas de contato permanente e as transformações de comportamento entre a população negra dominante (antes da Abolição, escrava; depois, marginalizada) e os grupos representativos da cultura dominante do ponto de vista econômico, social e, por extensão, cultural. Ora, este conceito, cunhado exatamente para explicar o contato entre aquelas culturas que se expandiam como transmissoras da ‘civilização’ (colonizadores) e aqueles povos dominados, ágrafos, considerados portadores de uma *cultura primitiva*, exótica (colonizados) e cujos padrões, por isto mesmo, eram mais permeáveis a uma influência modificadora por parte da cultura dominadora, tem limitações científicas enormes”.

inferior”. Efeito do discurso, a assimilação se processa, nesse caso específico, pela ênfase no branqueamento e no englobamento de um grupo pelo outro.

b) em momento posterior, este muito próximo dos dias atuais, verifica-se a presença do multiculturalismo que poderia ser aproximado ao comercial, uma vez que a afirmação e a valorização da diferença, pautada no ‘orgulho negro’, nos mecanismos de identificação do negro com suas origens, construção discursiva e midiática da beleza negra, por exemplo, não deixa de ser apropriada pelo discurso hegemônico, no sentido de que o incentivo ao consumo privado – veja-se os produtos específicos para negros/as – e à ênfase na existência de uma parcela considerada significativa da população negra e afro-descendente classe média (esta com acesso aos meios de produção e consumo de produtos, formação universitária e outros) mascara o desnível social ainda evidente entre os segmentos branco e negro/ mulato da população brasileira.

Hall (2003, p. 68 *et passim*), problematizando as categorias de raça e etnia afirma que “conceitualmente, a categoria raça não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas.

“Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, a na natureza. Esse efeito de naturalização parece transformar a diferença racial em um fato fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista.

Nesse sentido, as construções relativas à raça podem ser materializadas e encontradas ou lidas nos significantes corporais visíveis: corpo, cabelo, cor da pele e outros. Por outro lado, a “etnicidade gera um discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas” (HALL, 2003, p.70). A manutenção de vínculos de parentesco faz com que a etnia adquira uma manutenção de características físicas distinguíveis, nem sempre provenientes de uma raça. Um fenômeno crescente observado nas sociedades multiculturais da atualidade é “etnização da raça”: quando um termo negativo, p. ex. negro, torna-se um termo de identificação cultural positivo. Por outro lado, verifica-se também a “racialização da etnicidade”: quando a diferença cultural adquire um significado mais violento, contestatório e politizado.

Visto isso, a discussão sobre o estabelecimento da identidade e da alteridade tendo em vista a consideração de um contexto multicultural, desloca o centro das discussões para o questionamento da fixidez das identidades – anteriormente vistas em um modelo autônomo como algo fixo e imutável: ‘identidade é aquilo que se é’ – e convida à reconsideração de formulações culturalmente aceitas a respeito do tema.

A partir do momento em que se considera a identidade e a diferença não como dados preexistentes, mas como produto das relações sociais e discursivas, tende-se a construir um conceito de identidade que se vincula não mais a aspectos essencializantes da construção do mundo humano, mas a aceitação de que a referida identidade se dá como um cruzamento de superfícies ou de territórios identitários; essas várias superfícies indissociáveis incluem a formulação das identidades de raça, gênero, classe, etnia e outras, que se cruzam e se interpenetram.

De acordo com Babha (*apud* Rutherford, 1990), a diversidade é aceita e incentivada nas sociedades atuais, mas contida pela necessidade de ser localizada dentro de circuitos do sujeito; nas sociedades multiculturais o racismo se alastra sob diversas formas, pois o universalismo mascara normas e interesses etnocêntricos. De certo modo, é como se, ao se tentar formular uma identidade nacional, fosse esquecido o fato de que as populações nacionais não são homogêneas, mas possuem uma “natureza mutante”, que desaparece quando se enfatiza a hierarquia entre as culturas, como no caso do Brasil colonial e das circunstâncias pós-abolição.

Conforme este mesmo autor, a saída para as formulações etnocêntricas estaria abrigada no conceito de tradução cultural, formulado a partir de pressupostos benjaminianos sobre o deslocamento dentro do signo lingüístico. Desse modo, considera-se que todas as formas de culturas estão relacionadas umas às outras porque cultura é uma atividade significativa ou simbólica, são ‘práticas interpelantes’. A consequência desse processo é que nenhuma cultura é completa em si mesma, mas todas apresentam uma pretensão de uma identidade originária, orgânica. De certo modo, é como se fosse afirmado que a pretensão de uma identidade nacional, homogênea, apenas existe como ilusão referencial, como construção discursiva, a qual recolhe a dispersão das identidades culturais diversas que circundam a formação da nação em torno de um feixe de narrativas comuns, ditas nacionais. Isto equivale a dizer que a não-homogeneidade é constitutiva de toda formação cultural, posto que esta é

constituída por atos de tradução que negam o essencialismo originário de uma cultura, então todas as culturas encontram-se em um processo de hibridização.

Tal discussão é útil quando se lembra de que foi afirmado anteriormente que, em nome da afirmação da nacionalidade, e da suposta pureza de descendência européia da população brasileira, os componentes marginais dessa formação populacional – índios e negros – foram tornados invisíveis e indesejáveis durante um bom tempo da história brasileira³, a partir de mecanismos de dominação explícita (a escravidão, p. ex.) ou tácita (assimilação e desigualdade econômica).

Raça e gênero: pensando a mulher mulata

Pensar a construção da identidade do negro a partir dessas considerações significa um esforço para dessencializar esta categoria, problematizando termos como branco, mestiço, negro, mulher, homem, normalmente encarados como tendo uma significação denotativa e referencial... Assim, como nenhuma identidade é fixada *a priori*, a identidade de raça também se constrói por meio das formulações discursivas que constituem a coletividade humana. É dessa posição teórica que se propõe o tratamento da identidade negra em cruzamento com a identidade gênero quando se quer discutir a construção de personagens femininas negras e mulatas na obra de Lima Barreto.

O reconhecimento de que as categorias masculino/feminino são produto de fatores de ordem cultural e não apenas fisiológica, ou seja, produto de *uma cultura de expectativas de gênero* (SHAPIRO, 1981) é de importância fundamental para a compreensão do papel que a crítica feminista assume como crítica da cultura⁴. Não obstante, a crítica feminista tem sido encarada, não raras vezes, como uma formulação teórica à parte das teorias ditas ‘gerais’, considerada como uma perspectiva que só serviria para as mulheres falarem delas próprias,

³ De acordo com Moura (1988, p.98-99), em 1981, Carlos Alberto Pereira de Oliveira afirmava que as causas da pobreza no Brasil eram étnicas (e não sociais) e responsabilizava, pelos bolsões de pobreza, índios, negros, mulatos e caboclos. No ano seguinte, uma medida de ‘saúde’ do economista Benedito Pio da Silva, visava esterilizar a população negra para evitar que seus descendentes chegassem 60% da população, por volta do ano 2000, conforme previsão do censo. O medo de que a população negra fosse superior à branca, e o “perigo social” de se ter transformando o Brasil em um país de negros, vem do fato de que então, estes poderiam “dominar todos os postos-chave”.

⁴ A distinção entre sexo e gênero torna-se bastante fluida a partir do momento em que se questiona o dualismo entre corpo e mente e, por extensão, a associação entre corpo biológico e natureza, contraposta à noção de construção cultural. Nesse sentido, não se poderia conceber o corpo como algo ‘fora’ da cultura, e nem sexo como algo exclusivamente biológico. Esta argumentação é desenvolvida por um número considerável de feministas, entre as quais Judith Butler (2003, p.25), para quem “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”.

ocorrendo um fenômeno, não raro, que converte a crítica feminista, e os estudos de gênero, em uma espécie de ‘gueto’ dentro da crítica acadêmica geral: a alteridade das mulheres como sujeito de cultura permanece reafirmada; elas são o *outro*⁵ do masculino, e, portanto, o outro da cultura e da teoria.

Esta observação valeria para qualquer grupo silenciado, cuja identidade seja considerada marcada, visível, frente à imperceptibilidade das identidades tidas como ‘normais’. Sintoma da luta contra o fundacionalismo biológico’ (NICHOLSON, 2000, p.12), é a tentativa de pensar a mulher negra em sua especificidade de condição: o cruzamento de dois aspectos de inferiorização – a pertença a uma ‘raça’ considerada ancestralmente inferior, contrária à civilização e à intelectualidade e o fato de pertencer a uma minoria sexual, as mulheres. Ser mulher e negra congrega esses elementos de modo a desfavorecer completamente essa categoria quando se naturaliza a situação identitária de cada segmento. No caso da mulata, a redução de seu ser à corporalidade e à sexualidade obedece à economia que se herda do sistema escravista que, segundo historiadores e sociólogos, foi um contexto em que o exercício da sexualidade livre era tolerado, senão incentivado, por vários aspectos. Conforme Freyre (2004, p. 402), a ressaltada

animalidade dos negros, essa falta de freio nos instintos, essa desbragada prostituição dentro de casa, animavam-na os senhores brancos. No interesse da procriação à grande, uns; para satisfazerem caprichos sensuais, outros. Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores.

Talvez fosse melhor que o sociólogo, em vez de usar termos masculinos pseudo-genéricos, tivesse se referido especificamente neste trecho à mulher negra. É sabido que, as uniões não legais eram o comum dos relacionamentos entre negros e negras – afinal não se realizava casamento entre escravos e escravas –, no entanto, isto não impedia que os escravos se organizassem nas senzalas como pequenas famílias, nas quais a prole dos filhos poderia ser identificada. Os senhores ignoravam essa organização interna e separavam famílias segundo seus interesses, justificando a incontinência sexual dos escravos e escravas. Por outro lado, as uniões entre negras e brancos não apenas se pautavam pela ilegalidade, mas também pela total marginalidade, uma vez que se orientavam pelo uso do corpo das negras como objeto de satisfação sexual e exercício de poder, desdobramento “natural” da propriedade do senhor sobre o corpo do/a escravo/ a. Este corpo poderia ser posto e disposto,

⁵ A idéia do feminino como o outro do masculino aparece, p. ex., em *O Segundo Sexo* (1980), de Simone de Beauvoir.

escarificado de suplícios, dobrado à vontade outros, sexualizado à saturação, enfim, docilizado e tornado disponível de todas as maneiras.

No entanto, o intercuro sexual era mais freqüente entre senhores e escravas, com variantes possíveis entre feitores, brancos ou mulatos, e escravas, negras ou mulatas. As ocorrências menos freqüentes entre negros e senhoras brancas – fato que já foi justificado até mesmo biologicamente⁶ - faz com que se conclua que a grande responsável pelo clima de prostituição reinante na casa-grande era mesmo a escrava. Por outro lado, o autor efetua um desdobramento interessante entre negro e escravo, para justificar que a condição de servidão e não o caráter dos escravos é que deve ser responsável por seu comportamento. No caso das mulatas, a preferência por elas se dá justamente por que, pela ideologia do embranquecimento, a mulata se aproximaria mais das mulheres brancas, ao mesmo tempo em que, por inversão, distanciam-se das negras. A importância que se dá ao mulato não advém de outra coisa. É por esse motivo que Bastide (1973) afirma que a apologia da mulata é a apologia da ocidentalização e branqueamento do negro. Por outro lado, a visão do mestiço é ambivalente, pois, mesmo que supostamente seja valorizado, há também a depreciação. Conforme Moura (1988), o mestiço é também inferiorizado por explicitar a degradação da raça branca, contaminada pelo contato com os negros e negras. Daí sua fraqueza de caráter, sua tendência ao crime e à ingratidão⁷. No caso das mulatas, o que se ressalta é a sensualidade nata, e o uso dessa sensualidade para o exercício contínuo da concupiscência e o descaminho de homens honestos.

Os mulatos e mulatas, a partir de sua apropriação pelo sistema de inferiorização social, serviram também como mecanismo de desagregação da população negra e afro-descendente, uma vez que o que se observa é uma tendência de assimilação do mestiço à sua contraparte branca. Surge então, segundo Bastide (1973) a intensificação de um preconceito de cor, que vem tomar o lugar do preconceito de raça. O resultado disso é que muitos mulatos e mulatas consideram-se superiores e nutrem enorme preconceito ao ‘negro puro’. A mulata é também um instrumento de assimilação cultural, pois, ao se ligar ao português, promove o

⁶ A justificativa mais comum é de ordem anatômica: o negro teria um órgão sexual excessivo e a mulher branca uma vagina estreita, o que impossibilitaria o ato. Preferimos interpretar de forma diferenciada, considerando os mecanismos de distribuição de poder no regime escravista: se o exercício de poder é essencialmente masculino, esse poder se direciona para o corpo de negras e brancas. Quanto às senhoras, é compreensível que estas não se sentissem aptas à posse sexual do corpo do escravo, assim como não se apossavam do corpo de seus senhores e maridos.

⁷ Há um conto significativo de Lima Barreto, intitulado O filho da Gabriela, em que se discute veladamente, uma vez que não se afirma em parte alguma do conto que se trata de um mulato, a questão da educação dos mulatos como se fossem brancos e o complexo de superioridade não-consciência de classe advindo desse processo.

branqueamento da população em um segundo nível; ao mesmo tempo, essa união alimenta e mantém o mito da democracia racial. A identidade essencializada e naturalizada da mulata pode ser considerado um dos estereótipos mais freqüentes na cultura brasileira; o modo como Lima Barreto problematiza esse aspecto em sua produção ficcional será objeto de análise na próxima seção, a partir da leitura do conto *Um especialista* e do romance *Clara dos Anjos*.

Mulatas, literatura e Lima Barreto: conflitos e confluências

Ao eleger como foco principal de sua produção literária o tratamento de alguns temas recusados pelo academicismo de sua época, Lima Barreto escolheu uma posição espinhosa dentro da literatura nacional. A falta de reconhecimento de sua obra era algo que o incomodava muito, mas, mesmo sabendo das causas de seu insulamento pela crítica e do silêncio em relação a seus escritos, o autor rejeitou a mudança de seus propósitos estéticos e qualquer tipo de bajulação. Desse modo, como afirma Resende (1983, p. 75) “são aqueles que a sociedade rejeita que constituem o centro do relato nos romances e contos, a eles se colando a visão condutora do narrador”. No entanto, a adoção de personagens provenientes das camadas desfavorecidas da população apresenta, segundo a mesma autora, dois aspectos relevantes: a) não inclui um tratamento paternalista dos mesmos, nem uma proposta de engajamento heróico e b) revela o conflito entre a ideologia vigente e as manifestações da cultura popular. Essa afirmação é relevante a partir do momento em que a literatura barretiana mostra o cotidiano dessa gente do subúrbio, imersa em suas vidas e, aparentemente, com mínimas possibilidades de mudar de condição. É como se o autor pretendesse dar visibilidade e desfazer alguns estereótipos correntes na literatura brasileira sobre essa parcela ignorada da população, sem, contudo, acreditar mesmo ser possível livrar-se das frustrações e das injustiças – será, em seu tempo, uma voz clamando no vazio.

O conto *Um especialista*⁸, reproduz bem o modo de construção de imagens fixas da mulata na cultura brasileira. Dois homens de meia idade conversam sobre negócios e mulheres em um botequim. Um é comendador e o outro um coronel da Guarda Nacional. Este, viúvo e rico, levava vida de solteiro e preferia as meretrizes estrangeiras; o outro, apesar de casado, também se comportava como solteiro, com uma particularidade: era fascinado por negras e mulatas, que o narrador chama de ‘mulheres de cor’. Julgava-se um verdadeiro

⁸ Este conto será referenciado como UE, a partir da 6ª edição dos *Melhores Contos*, seleção de Assis Barbosa, da Editora Global, 2001.

especialista e procurava mulatas “com o afínco e ardor de um amador de raridades” (UE, p.13), e assim se pronuncia sobre elas: “A mulata, dizia ele, é a canela, é o cravo, é a pimenta; é, enfim, a especiaria de requieime acre e capitoso que nós, portugueses, desde Vasco da Gama, andamos a buscar, a procurar” (UE, p.14). Verdadeiro achado, a mulata preenche a desiderabilidade do europeu por sua disponibilidade e condição de objeto, pré-definida pelo sistema escravista. Comparada a uma especiaria, da qual se apropria, aproveita e, posteriormente, negocia-se, a mulata é descrita por meio de referências sensoriais e gustativas: cravo, canela, pimenta.

Tal caracterização que confunde o código libidinal com o culinário é bastante comum em relação às mulatas, na associação entre prazer sexual e culinário. O vocabulário de degustação permanece quando o comendador descreve a mulata que encontrou ao esperar um amigo que chegaria do Norte: refere-se a ela como “um petisco que encontrei”, “uma mulata deliciosa” e conclui sua fala “estalando os beiços”, como diante de um prato a ser devorado.

A empolgação do comendador é tanta e ele está tão dominado pela lascívia que suas feições parecem animalizar-se:

Por todo ele havia o aspecto de um suíno, cheio de lascívia, inebriado de gozo. Os olhos arredondaram-se e diminuíram; os lábios se haviam apertado fortemente e impelidos para diante se juntavam ao jeito de um focinho; o rosto destilava gordura; e, ajudado isto pelo seu físico, tudo nele era de um colossal suíno. (UE, p.16).

Toda essa animalização advém da certeza da posse da mulata Alice, descrita como extremamente bonita e que “ao arfar, ela toda trepidava volúpia” (UE, p.18); segundo Queiroz Jr. (1982) há na literatura brasileira uma tendência a se construir personagens negras e mulatas conforme determinados estereótipos, o principal deles o da sensualidade. No entanto, a argumentação do referido autor peca ao considerar a literatura como mera reprodutora, mero reflexo dos estereótipos⁹ existentes na sociedade e não pensa até que ponto as imagens de mulatas construídas na literatura servem também para criar um ideal de mulata que, por interesses e circunstâncias várias, passa a ser encontrado na sociedade. O movimento de ida e volta, de contínua transformação de causas em efeitos e vice-versa seria interessante de ser observado.

⁹ Um outro texto que segue uma argumentação no sentido de efetuar o levantamento dos diversos tipos negros presentes na literatura brasileira, sem contudo, apresentar a intenção de analisá-los e chegar a conclusões mais profundas é o de França (1998), *Imagens do negro na literatura brasileira*.

No caso deste conto de Lima Barreto, expressa-se o costume, iniciado no período escravista, mas cujos reflexos permanecem nítidos no pós-abolição, de expor mulatas bonitas e bem arrumadas como prova do êxito financeiro de seus senhores:

Transformada na ostentação da opulência e da prodigalidade de seus senhores, a mulata, possivelmente com maior realce que as negras, serviu para testemunhar, pelas vias públicas, com seus trajes vistosos e com o ouro de seus enfeites, os sucessos dos senhores, enriquecidos pela mineração e pela exploração da cana-de-açúcar.” (QUEIROZ JR., 1982, p.29).

Alice é uma dessas peças de exibição. Quando passa acompanhando o comendador, arranca suspiros de admiração e o reconhecimento da capacidade dos portugueses em encontrar belas mulatas. Ao ser perguntado sobre o que pretende fazer com Alice, o comendador responde, como se fosse óbvio demais: “É boa... Que pergunta! Prová-la, enfeitá-la e “lançá-la”. É pouco?” (UE, p.16). Aqui o que permanece é o procedimento típico do proprietário de escravos: uso do corpo, como degustação pessoal e permanente, bem como a sublocação do escravo para aumentar os ganhos, no caso, com a prostituição de Alice, e com os lucros que teria como seu protetor.

Toda a ironia do tratamento dado à mulata nesse conto, como objeto de uso sexual, aparece no desfecho. Na conversa com Alice, o comendador começa a perceber determinadas coincidências com sua própria biografia, até constatar, estupefato, que a mulata era sua filha. Na juventude ele havia roubado a herança e abandonado uma jovem negra a quem prometera casamento: Alice era filha dessa mulher que ele havia deixado para trás, estabelecendo-se como negociante e casando-se com uma branca. Esse tipo de ocorrência incestuosa não era difícil de se efetivar, uma vez que o número de uniões ilegítimas que geravam descendentes não reconhecidos era muito grande: o comendador estava amancebado com sua própria filha, assim como podia acontecer o intercurso sexual entre filhos de senhores de escravos e meninas mulatas, crias da casa-grande que, por sua vez também eram filhas ilegítimas do senhor (Cf. FREYRE, 2004).

A descoberta encerra o conto, de modo que é impossível saber se tal revelação mudaria o destino de Alice. Em momento anterior, o narrador cede a voz a esta que diz:

Durante estes oito anos tenho rolado por este mundo de Cristo e comido o pão que o diabo amassou. Passando de mão em mão, ora nesta ora naquela, a minha vida tem sido um tormento. Até hoje só tenho conhecido três homens que me dessem alguma coisa; os outros, Deus me livre deles! – só querem meu corpo e meu trabalho. (UE, p.20)

Bem próxima do destino de toda mulata que, impedida de ascender socialmente por meio do casamento, lança-se ao concubinato ou à prostituição, uma vez que não pode ter acesso à educação formal, por ser mulher, primeiramente, e por acumular a este predicativo a condição de descendente de escrava. Provavelmente, seu destino não mudaria e ela continuaria procurando, por meio da ligação a um elemento branco, um lugar na sociedade excludente. A associação entre sexualidade, poder e inclusão social se inscreve a partir do momento em que “a proximidade física, o relacionamento tátil, sensorial, erótico são uma maneira de participar da sociedade, do grupo, de estar no seu centro”. Isto se explicaria “com o fato de sempre foi o homem que mobilizou o poder. A mulher, no decorrer de milênios, aprendeu a erotizar a proteção do poderoso” (ALBERONI, 1997, p. 32-33). No caso da mulata, a manutenção da relação de senhorio e a impossibilidade de reabilitar sua posição por outros meios, faz com que a situação pouco ou nada se altere no contexto retratado por Lima Barreto.

O romance *Clara dos Anjos*¹⁰, cuja primeira edição póstuma é datada de 1948, é um exemplar típico do retrato da vida suburbana do início do século XX na obra de Lima Barreto.

No entanto, o foco da análise recai sobre a protagonista, Clara, e a descoberta brutal de sua identidade negra e de sua condição social. A personagem Clara é apropriada aos propósitos do autor em relação à formação da consciência crítica de negros/as e mulatos/as por meio da educação. Lima Barreto defendia a idéia de que a partir do momento em que, mesmo tendo acesso à educação, o modelo adotado fosse o mesmo que se usa para o branco, tal educação apenas serviria para cristalizar os procedimentos e justificar a assimilação do negro aos valores brancos e eurocêntricos. Desse modo, era necessário que o negro fosse educado para ter consciência crítica de sua condição de marginalização e, a partir disso, poder lutar contra as injustiças e preconceitos, e não apenas garantir o direito individual de pertença à elite branca, tornando sua negritude invisível pela camuflagem intelectual.

No caso das mulheres negras o problema é ainda mais crucial, pois, impedidas pela organização patriarcal da sociedade de exercerem atividades remuneradas que não fossem ligadas ao serviço doméstico e com acesso negado à educação formal, o destino destas só poderia ser mesmo a prostituição ou o amancebamento. Para agravar o quadro, como herança do período colonial, permanecia o incentivo que era dado aos rapazes¹¹ brancos a exercer sua

¹⁰ As citações do romance serão feitas a partir 13ª ed. de *Clara dos Anjos*, da editora Ática, 1999. O romance será referenciado como CA.

¹¹ Um estudo sobre a educação dos jovens senhores no período escravista pode ser encontrado em Freyre (2004).

virilidade apropriando-se dos corpos dóceis e disponíveis de mulatas e negras, com as quais não precisariam estabelecer as amarras de uma união legal.

Segundo Sousa (2000, p. 78) “Cassi Jones é apenas um herdeiro dessa educação inconsequente, que talvez fosse útil durante o período em que os brancos se enriqueciam com o aumento do rebanho da família, mas que ficou ultrapassada com o fim da escravidão”. Por outro lado, os pais de Clara, talvez ansiando a inserção da filha no mundo branco, lhe dão uma educação alienada da sua real posição na sociedade. A ingenuidade da personagem e a falta de consciência de classe é que faz com que esta caia presa dos enganos de Cassi Jones. Clara não desconfia das intenções do moço e julga-se digna de ser sua esposa legítima, ignorando o preconceito de cor vigente na sociedade:

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por destros cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. [...] Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. *A idade, o sexo e a falsa educação que recebera*, tinham muita culpa nisso tudo; mas sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida. (CA, p. 90 – grifo nosso).

A descrição de Clara justifica sua ingenuidade pela educação restritiva que recebera dos pais e o isolamento no mundo suburbano, mas ressalta que o fato de ser mulher é um componente essencial para sua falta de percepção do mundo a seu redor. Ansiando a ascensão por meio do casamento, a mulata ingênua cede às investidas de um tipo aproveitador, cujo histórico de más ações e perfidez de caráter era notório. Mesmo sabendo dos inúmeros defloramentos e seduções seguidas de abandono atribuídos a Cassi, Clara acredita na sinceridade do rapaz. O narrador, por outro lado, já num primeiro momento descortina, sem nenhuma benevolência ou pudor, o péssimo caráter do sedutor: é um garboso tocador de violão, criador de galos de briga e totalmente avesso ao trabalho, que consegue se safar das inúmeras denúncias por meio de uma cuidadosa precaução: a escolha da vítima perfeita. É assim que o narrador afirma: “Em geral as moças que ele desonrava eram de humilde condição e de todas as cores. Não escolhia. A questão é que não houvesse ninguém, na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai, mediante solicitações maternas. (CA, p. 24).”

Nota-se, neste ponto, o cruzamento das categorias gênero e classe social como garantia de sucesso da fórmula usada pelo rapaz. Apesar de afirmar que Cassi não escolhia cor da moça, alguns dos casos descritos pelo narrador têm como vítimas, moças cuja cor não se delinea, mas em relação a Nair, p. exemplo, o narrador diz que esta era de um “amorenado sombrio”. Considerando-se condição feminina nos fins do século XIX e início do XX, pode-se afirmar que as únicas possibilidades de exercício da sexualidade dentro dos limites de uma vida digna em termos morais se apresentava por meio do casamento legal e da maternidade. Segundo Foucault (2001) a partir do momento em que a atividade sexual foi confinada ao casamento, tendo em vista uma lógica de produção que não considerava o desperdício da energia física/ força de trabalho em atividades não monitoradas, a repressão ao sexo se torna mais evidente em relação a períodos anteriores. Quando se constata a captura da sexualidade pelo âmbito restrito do relacionamento conjugal, as outras formas de exercício se tornam signo de abjeção e imoralidade.

Ao se ver grávida de Cassi, Clara quer que o mesmo “repare o mal” que este lhe fez e procura a família do moço para expor seu estado. A mãe de Cassi, dona Salustiana, ao perceber a condição mulata de Clara, reage de modo agressivo: “que é que você diz, sua negra?” (CA, p. 131). A única possibilidade de reabilitação moral, facilmente conseguida para uma branca, para Clara se encontra, então, impedida pelo preconceito, pela discriminação que torna uma mulata indigna de se unir legalmente com um branco.

A situação de Clara, considerando a condição feminina no início do século XX e fins do XX, em que a sedução e o abandono pressupunha a total dependência da mulher em relação às figuras masculinas a sua volta – pai, irmão, marido – pois não existia a possibilidade de auto-provimento e a situação de desvirginamento sem reparação significava um bilhete de entrada em um mundo de degradações morais contínuas, seria diferente se tal dependência não existisse, se as mulheres não fossem concebidas e educadas para serem seres ingênuos e passíveis de perder-se diante do primeiro perigo que lhes aparece.

O sociólogo Oracy Nogueira (*apud* QUEIROZ JR., 1982, p.79), afirma que há basicamente dois tipos de preconceitos: “O preconceito de marca apóia-se na aparência física, enquanto o de origem faz pressuposto das ‘potencialidades hereditárias’ a despeito da aparência. Assinalou também que, enquanto o preconceito de marca ‘determina uma preterição’, o de origem provoca a exclusão.”

No caso de Clara, predomina a inconsciência em relação aos dois tipos de preconceito: a personagem apenas vai se reconhecer como ‘marcada’, a partir do momento em que Dona Salustiana lhe lança essa verdade no rosto, referindo-se a sua aparência física, que deixava em evidência sua origem. Predomina na sociedade brasileira o preconceito de marca; quando alguém é não-marcado fisicamente, a sua origem não apresenta tanta importância; por outro lado, consideram-se outros mecanismos de desfazer as marcas de origem: posição social e econômica privilegiada, poder aquisitivo considerável, boas relações... esses elementos podem desfazer as marcas da negritude de forma que um indivíduo marcado, por cor e origem, possa ter esses aspectos neutralizados pela situação social em que se insere. Esse mecanismo não elimina o preconceito, pelo contrário, o intensifica.

Preconceito de raça e gênero se entrecruzam na construção da personagem, cujo destino, como de tantas outras moças marcadas, pela mesma “cor e condição”, seria permanecer na desonra e, não raras vezes, expulsas de casa por vergonha dos pais em manter no âmbito familiar um signo evidente da impureza moral, confinar-se-iam nos inúmeros prostíbulos suburbanos. O destino de Clara não é atenuado; pelo contrário registra-se profunda e explicitamente a sua desgraça e a transformação em mero objeto de uso sexual, por meio das reflexões da personagem, coladas à perspectiva do narrador:

Que havia de ser dela, agora, desonrada, vexada diante de todos, com aquela nódoa indelével na vida? Sentia-se só, isolada, única na vida. [...]. Exposta a tudo, desconsiderada por todos, a sua vontade era de fugir, esconder-se. Mas, para onde? Com a sua inexperiência, com a sua mocidade, com a sua pobreza, ela iria atirar-se à voracidade sexual de uma porção de Cassis ou piores que ele, para acabar como aquela pobre rapariga, a quem chamavam Mme. Bacamarte, suja, bebendo parati e roída por toda sorte de moléstias vergonhosas. (CA, p. 126).

No entanto, neste momento, Clara ainda alenta a esperança de ficar com Cassi e ter sua vida de volta. A consciência súbita, espécie de *insight* catártico, promovido pela dor da revelação de sua condição apenas vem quando é praticamente expulsa da casa de D. Salustiana:

Agora é que tinha noção exata da sua condição na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe de seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. (...) A educação que recebera, de mimos e vigilâncias era errônea. Ela devia ter aprendido da boca dos seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente. (CA, p. 132).

Retirada *ex abrupto* da letargia em que se encontrava, Clara constata, dirigindo-se à mãe: “Nós não somos nada nesta vida” (CA, p. 133). Constatação contra a qual,

aparentemente, não há nada a fazer, a não ser conformar-se... ou então, ouvir o narrador, novamente colado às reflexões da personagem, que indica uma possível saída:

Ora, uma mulatinha, filha de um carteiro! O que era preciso, tanto a ela quanto a suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía esta varonil Dona Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam. (CA, p. 133).

Nota-se uma visão que em tudo reescreve o modo naturalizado de se ver a mulata, considerada a aceitação de sua sensualidade e concupiscência¹². A disponibilidade para o sexo, e a conseqüente prostituição, é configurada em termos sociais e não individuais. Não se trata de algo biológico, justificado pela raça, pelo corpo ou pelo sexo – como pensa Dona Salustiana –, mas pela condição social aviltante a que se encontram por vezes reduzidas as negras e mulatas, vistas como corpos a serem apropriados e fruídos.

O que justifica a inferioridade também é problematizado:

- a) a aceitação e internalização de valores brancos pelos próprios negros e negras que, associando sua identidade a algo negativo, tentam negá-la por meio do embranquecimento;
- b) a essencialização de caracteres individuais por meio do preconceito de raça e de cor, por exemplo, a tendência natural das mulatas à sedução e ao exercício explícito e desregrado da sexualidade;
- c) o mito de que a convivência entre brancos e negros se faz em regime democrático e que o intercuro entre brancos e negros, responsável pela mestiçagem é a afirmação da ausência de preconceitos.

Tal reflexão prova não apenas a modernidade, já que elege como referencial para sua literatura vários seres da margem, dentre estes, a mulata, mas também a atualidade da proposta de Lima Barreto ao tentar desnaturalizar a imagem da mulata na cultura brasileira. Ao atribuir aos aspectos sócio-econômicos as agruras da condição desta, desconstrói a idéia de que a propalada amoralidade da mulata provém de uma conformação biológica, ditada pela mistura de raças. A alteração na suposta “ordem natural das coisas”, cristalizada na aceitação

¹² Isso pode ser percebido na caracterização física de Clara. Ela não é descrita como bonita ou sensual, mas como bem arrumada de um jeito aparentemente casto: “Clara estava bem vestidinha. Era inteiramente de crepom o seu vestido, com guarnição de renda de indústria caseira, mas bonita e bem trabalhada; o pescoço saía-lhe nu e a gola do casaco terminava numa pala debruada de rendas. Calçava sapatos de verniz e meias. Nas orelhas tinha grandes africanas e penteara-se de bandos, rematando o penteado para trás, na altura do pescoço, um coque, fixado pó um grande pente de tartaruga ou coisa parecida”. (CA, p. 46). Como se percebe, não há referência ao corpo ou a uma sensualidade intrínseca em Clara.

de certas identidades como hegemônicas, provocando a exclusão de outras consideradas marcadas, é uma questão social ampla e não apenas um detalhe pessoal, na visão vanguardista de Lima Barreto.

Referências bibliográficas

- ALBE RONI, Francesco. **O erotismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da literatura brasileira. In: _____. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CÂNDIDO, Antônio. Os olhos, a barca, o espelho. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2004.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tadeu T (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. A questão multicultural. In: _____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Repres. da Unesco no Brasil, 2003.
- HOLLANDA, Heloísa B. Feminismo em tempos pós-modernos. In: _____. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIMA BARRETO, A. H. de. **Clara dos Anjos**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. **Melhores contos de Lima Barreto**. 6ª ed. Seleção de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Global, 2001.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto: um pensador social na Primeira República**. Goiânia: UFG; São Paulo: Edusp, 2002.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, 2º sem/ 2000.
- QUEIROZ JR., Teófilo de. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1982.
- RESENDE, Beatriz. Lima Barreto: a opção pela marginália. In: SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço – entrevista com Homi Babha. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. (Título original: The third space. An interview with Homi Babha. Publicado em Jonathan Rutherford (org.) Identity: community, culture, difference). Londres: Lawrence & Wishart, 1990.

SHAPIRO, Judith. Anthropology and the study of gender. In: **A feminist perspective in the academy: the difference it makes**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tadeu T. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, Fábio d'Abadia de. **O negro no universo literário de Lima Barreto**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2000.

SOVIK, Liv. Para ler Stuart Hall: apresentação. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Repres. da Unesco no Brasil, 2003.